

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEXANDRA ANDRÉIA APARECIDA RODRIGUES VIEIRA NOVAKOWSKI

**PROGRAMA DE MICROCRÉDITO BANCO SOCIAL DO PARANÁ: A REALIDADE
NO LITORAL PARANAENSE SOB O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL**

MATINHOS

2012

ALEXANDRA ANDRÉIA APARECIDA RODRIGUES VIEIRA NOVAKOWSKI

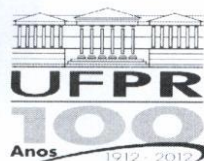
**PROGRAMA DE MICROCRÉDITO BANCO SOCIAL DO PARANÁ: A REALIDADE
NO LITORAL PARANAENSE SOB O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Especialização em Questão
Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor
Litoral, Universidade Federal do Paraná

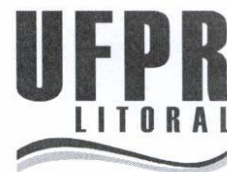
Orientadora: Prof. MSc. Almir Carlos Andrade

MATINHOS

2012




Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Mestre **ALMIR CARLOS ANDRADE**, realizaram em 19/12/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **ALEXANDRA ANDREIA APARECIDA RODRIGUES VIEIRA NOVAKOWSKI**, sob o título "*Programa de Microcrédito Banco Social do Paraná: A realidade no litoral paranaense sob o olhar do Serviço Social*", para obtenção do Título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 19 de dezembro de 2012.


Prof. MSc. Almir Carlos Andrade


Profª. Dra. Helena Midori Kashiwagi


Profª. Msc. Elsi do Rocio Cardoso Alano


**ALEXANDRA ANDREIA APARECIDA
RODRIGUES VIEIRA NOVAKOWSKI**
Estudante

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
	AS = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



PROGRAMA DE MICROCRÉDITO BANCO SOCIAL DO PARANÁ: A REALIDADE NO LITORAL PARANAENSE SOB O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL

Alexandra a. A. R. V. Novakowski¹

RESUMO:

O presente trabalho se destina antes de tudo ao esclarecimento da origem do Microcrédito. Como parâmetro de pesquisa, foi eleito o Programa Banco Social do Paraná e é nesse que pretende-se conhecer a realidade nos municípios do litoral Paranaense: Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná e Morretes, através de pesquisa documental, bibliográfica, cujo materiais pesquisados foram fornecidos e indicados por profissionais da Agência do trabalhador de Curitiba no ano de 2009, ano esse em que a aluna cursava graduação e realizava estágio em um órgão ligado a essa agência e para atualizar alguns dados foi consultado o site da Fomento Paraná. Deste modo o objetivo desta pesquisa é conhecer a realidade do Programa Banco Social do Paraná no litoral paranaense. O interesse em pesquisar sobre o tema abordado se deu pelo fato de que a temática é pouco conhecida pelo profissional de Serviço Social. Ao final será elucidado a importância da operação do programa Banco Social do Paraná no litoral e a possibilidade desse ser estabelecido não como um programa isolado e sim como parte integrante de uma rede de políticas públicas que visem o pleno desenvolvimento do cidadão.

Palavras chaves: Microcrédito. Crédito. Serviço Social.

ABSTRACT:

This paper is intended primarily to clarify the origin of Microcredit. As search parameter, was named Program of Paraná Banco Social and this is what you want to know the reality in the coastal municipalities Paranaense: Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba Matinhos, Paranaguá, Paraná and Pontal Morretes through desk research, literature whose materials were provided and respondents indicated by professional agency worker Curitiba in 2009, the year in which this student attending graduation stage and performed in an organ attached to this agency and to update some data was obtained from the site of Fomento Paraná. Thus the aim of this research is to know the reality of Bank Program in Social Paraná coast of Paraná. The interest in researching about the topic is given by the fact that the subject is not well known by professional Social Work. At the end will be elucidated the importance of the program's operation Bank Social Paraná on the coast and the possibility of this being established not as an isolated program but as part of a network of public policies aimed at the full development of the citizen.

Key words: Microcredit. Credit. Social Service.

¹ Assistente Social graduada na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (2011). Atualmente é Assistente Social do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba/PR. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

1. INTRODUÇÃO

A atual época social é vivenciada por incertezas, confrontos e transformações sociais. Assim, valores culturais são destruídos, desestabilizando a própria identidade dos seres humanos e anulando o próprio exercício da cidadania. Diante desse cenário, torna-se necessária a conscientização, apontamentos, desenvolvimentos e alternativas, para que a atual situação em que se encontra a economia possa ser revista.

Contudo (PEREIRA, 2008). Afirma que o estudo do microcrédito proporciona maior conhecimento e domínio, acerca de um formidável instrumento: o acesso ao crédito para que as camadas em situação de vulnerabilidade social tenham a oportunidade de desenvolvimento pleno no que diz respeito a sua capacidade produtiva.

Destaca-se que a contribuição do Serviço Social é de grande valia, pois o Assistente Social pode se tornar um dos melhores agentes intermediadores para reconhecimento e acesso do verdadeiro público-alvo. Além disso, a intervenção do profissional nestes processos dará não só subsídios ao combate da exclusão e marginalidade, como facilitará a emancipação do cidadão e a conquista do seu espaço como sujeito de direitos.

O interesse em pesquisar sobre o tema abordado foi impulsionado pelo fato de que a temática é pouco conhecida no litoral paranaense e pelo profissional de Serviço Social. Reconhecendo a importância de explanar sobre o mesmo.

O objetivo será conhecer a realidade do programa “Banco Social do Paraná” no litoral paranaense, capturando a contribuição do Serviço Social nesse contexto. Como instrumento para coleta de dados, foi utilizado a pesquisa documental e revisão bibliográfica, onde constatou-se que atualmente apenas dois dos municípios que compõem o litoral paranaense operam o programa sendo eles: Antonina e Guaratuba .

2. MICROCRÉDITO E SUA ORIGEM

A origem do microcrédito ocorreu no sul da Alemanha em 1846. Conforme Teixeira (2004) experiência denominada Associação do Pão, criada pelo pastor Raiffeisen que, após um rigoroso inverno, deixou os fazendeiros locais endividados e na dependência de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população de baixa renda.

De acordo com Pereira (2008) uma das experiências mais conhecida no mundo é de Muhammad Yunus, um dos principais idealizadores e realizadores de uma experiência pioneira de microcrédito, o que lhe rendeu o Premio Nobel da Paz em 2006. Yunus é formado em economia em Bangladesch e realizou seu doutorado nos EUA. O professor de economia Yunus começou a conceder empréstimos em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo em 1976, onde constatou que ao redor da Universidade de Chittagong, onde lecionava as pessoas pobres não tinham acesso a crédito nos bancos comerciais para financiar suas pequenas atividades produtivas, levando-as a submeter-se a juros elevados de agiotas. Com seu próprio dinheiro e a colaboração de seus alunos, o Professor Yunus deu início a um trabalho, passando a conceder empréstimos a uma parcela daquela população pobre US\$27.00 para um grupo de 42 pessoas. Com o êxito da experiência pode-se comprovar que os pobres eram dignos de confiança e mereciam ter acesso a recursos financeiros para desenvolver suas atividades produtivas, Yunus conseguiu financiamento e doações junto a bancos privados e internacionais para criar o Banco Grameen.

Yunus (2001) ressalta que a ação do Banco Grameen, hoje constituído como instituição financeira, tem contribuído para milhões de pessoas pobres de Bangladesch aumentarem as produtividades e de seus empreendimentos e a elevar a qualidade de vida. O crédito concedido pelo Banco Grameen, ocorre de forma diferenciada dos créditos tradicionais, pois não há excesso de burocracia e as garantias exigidas não fogem as condições econômicas dos tomadores. São dois pontos fundamentais da metodologia Grameen.

- O aval solidário, baseado na formação de grupos de cinco pessoas da comunidade atendida, que se responsabilizam mutuamente pelos empréstimos.
- Análise e o acompanhamento dos tomadores dos empréstimos realizado por Agentes de Crédito que são capacitados para exercerem esta função.

Destaca-se que a maioria dos clientes do Banco Grameen é formado por mulheres, de maneira que essas têm desempenhado um papel relevante no desenvolvimento da família, investindo parte do lucro de seus empreendimentos na melhoria das condições de vida de seus filhos, principalmente alimentação, saúde e educação.

Esse trabalho começou em 1982 em Bangladesh e hoje o Banco Grameen se constitui como referência, de modo que seu arquétipo já foi reproduzido em mais de 30 países, atualmente, atende juntamente com outras organizações nele inspiradas, mais de três milhões de clientes.

Existem também outras experiências internacionais de microcrédito, algumas delas se diferem do Banco Grameen, são originárias de iniciativa da sociedade civil e com boa parte de seu capital formado por doações internacionais. Tem orientação de caráter comercial a exemplo da Indonésia, onde o Bank Rakyat Indonésia/BR opera simultaneamente como dois bancos, isto é, como banco de desenvolvimento para concessão de empréstimos a grandes empresas e como banco popular direcionado para o mercado de massa.

Denota-se que o modelo de Crédito criado por Yunus, foi realmente direcionado a camadas que não tinham acesso ao crédito tradicional, diferente do que aparentemente ocorre no Brasil, uma vez que quase não se houve falar e/ou divulgar as linhas de crédito para a população de baixa renda.

2.1 MICROCRÉDITOS NO BRASIL

O Microcrédito é a concessão de empréstimos à população e setores que não têm acesso ao crédito tradicional. Contudo (Yunus, 2001) relata que hoje

existem as mais variadas espécies de microcrédito e estas podem ser divididas basicamente em dois tipos: o tipo original, tal como concebido por ele, o qual se destina ao combate e redução da pobreza, e o tipo comercial, modelo que foi adotado pelo Brasil e em geral na América Latina.

A sistemática do microcrédito permeia as microfinanças que por sua vez está associada à grande parte dos empreendimentos no Brasil (PAIXÃO, 2009). Como grande parte da economia brasileira é formada por pequenos negócios, devemos analisar o considerável surgimento e crescimento das redes de funcionamento pautadas no microcrédito, pois como é explanado, muitos microempreendedores não tem acesso ao sistema financeiro tradicional por vários motivos, como falta de recursos, garantias, altos juros etc.

Com a concessão de linhas de crédito baseadas em critérios menos rígidos, desburocratizados e mais acessíveis podemos obter resultados surpreendentes no que diz respeito ao acesso da população de baixa renda em nosso país.

Sachet (2001) coloca que o microcrédito não significa apenas “um empréstimo de pequeno valor”. Ao redor dele, gira toda uma filosofia de confiança na pessoa e principalmente, de valorização do trabalho. Grande parte da população de nosso país está na marginalidade de sistemas tradicionais e conservadores de produção e consumo.

Historicamente o Brasil foi um dos pioneiros sul-americano no experimento do microcrédito para o setor informal urbano, os programas iniciais se deram por meio de iniciativas privada, assim citaremos sucintamente as experiências mais relevantes no setor, cujos primórdios contribuíram significativamente para as construções dos conceitos e redes de funcionamento atuais.

- *O Programa UNO (União Nordestina de Assistência a pequenas Organizações*
- *A Rede CEAPE (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores Ana Terra)*
- *Banco da Mulher etc.*

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E BANCO SOCIAL DO PARANÁ

As Políticas Públicas podem ter diversos objetivos e diferentes características e diferentes formatos institucionais. No entanto para abordarmos os diferentes tipos de políticas partiremos de um conceito geral, no qual política pública é tudo que um governo executa ou deixa de executar, com todos os resultados de suas ações ou omissões (AZEVEDO, 2003).

Com base nesse conceito, a autora explana que as políticas públicas têm duas características gerais. Primeiro a busca do consenso em torno do que se pretende fazer ou não. Assim quanto maior for o consenso, melhores as condições de aprovação e implementação das políticas propostas. Segundo a definição de normas e o processamento de conflitos, ou seja, as políticas eventuais conflitos entre os diversos indivíduos e agentes sociais.

Para tanto concorda-se com (AZEVEDO, 2003), quando afirma que as políticas públicas podem ser divididas em três tipos: políticas públicas redistributivas; políticas públicas distributivas e políticas públicas regulatórias;

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS REDISTRIBUTIVAS

O objetivo das políticas públicas redistributivas é redistribuir renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos. “No que se refere ao financiamento, são os estratos sociais de alta renda os responsáveis por essa modalidade de política, sendo os estratos de baixa renda os beneficiários” (AZEVEDO, 2003).

3.1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUTIVAS

As políticas públicas distributivas têm objetivos pontuais ou setoriais ligados à oferta de equipamentos e serviços públicos. Em relação ao financiamento, é a

sociedade como um todo, através do orçamento público quem financia sua implementação, enquanto os beneficiários são pequenos grupos ou indivíduos de diferentes estratos sociais (AZEVEDO, 2003).

3.1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS

As políticas públicas regulatórias visam regular determinado setor, isto é, criar normas para o funcionamento dos serviços e a implementação de equipamentos urbanos. Dessa maneira, a política regulatória se refere à legislação e é um instrumento que permite regular e/ou normatizar a aplicação de políticas redistributivas e distributivas, a saber, a Lei do Uso do Solo e o Plano Diretor. As políticas regulatórias mesmo que definidas globalmente para um setor se caracterizam por atingirem as pessoas enquanto indivíduos ou pequenos grupos, e não como membros de uma classe ou de um grande grupo social. (AZEVEDO, 2003).

Tendo uma visão da definição de cada modelo, aponta-se à importância de unir e implementar políticas regulatórias, redistributivas e distributivas, para enfrentar o atual cenário de desigualdades sociais, que nos deparamos em nosso cotidiano.

3.1.3 POLÍTICAS SOCIAIS

As Políticas Sociais, no contexto da globalização, são percebidas assim, como a focalização no indivíduo e não mais nos direitos. Nesse processo se aprofunda a desigualdade. Na análise desta conjuntura denota-se a decadência do emprego estável, a desestruturação familiar baseada agora individualismo e a não universalização dos direitos.

No que tange à Política Social, segundo (Silva, 2009) o neoliberalismo sempre a redireciona a contenção de gastos sociais, à desativação dos programas e à redução da responsabilidade do Estado, fazendo assim a se degradar os direitos universais e os graus de cobertura dos programas sociais.

Para a autora mencionada acima a tendência do neoliberalismo é reestruturar os programas sociais através da descentralização, que visa aumentar a eficiência e a eficácia dos gastos, além da privatização, que tende a deslocar a produção e a distribuição dos bens e serviços públicos para outros setores, como o privado e o não lucrativo, desresponsabilizando os governos de suas obrigações sociais. E a focalização como o no me já diz, é outro ponto dessa reestruturação, que foca o gasto social a programas específicos, seletivamente apontados conforme a urgência de sua necessidade.

O contrato da cidadania neste cenário se fragmenta, pois na visão de (Silva, 2009 apud Faleiros, 1999), os Estados favorecem mais os interesses do capital que a defesa dos direitos humanos. Dessa forma, o novo contrato social imposto pela economia globalizada torna o indivíduo menos seguro, menos protegido, mais competitivo no mercado de trabalho e sem nenhum direito garantido.

A globalização com seu ajuste neoliberal não afeta apenas a esfera econômica, mas redefine o campo político institucional e das relações sociais. Tal ajuste, segundo (Silva, 2009 apud Soares, 2003), é visto como desajuste social, pois além de agravar as desigualdades sociais já existentes, faz surgir novas formas de exclusão social e precariedade social.

Percebe-se que a questão social se torna objeto de intervenção não mais do Estado, e sim de ações filantrópicas. As políticas sociais são substituídas por programas de combate à pobreza que possuem características tais como a dependência de recursos externos e o caráter transitório, assim como a substituição do Estado pelo terceiro setor, a substituição da universalidade pela focalização e o autofinanciamento.

Ao destacar esses pontos, Políticas Públicas e Políticas Sociais, não se pode deixar de fazer uma ressalva sobre os desafios, avanços e conquistas do Serviço Social mediante as políticas públicas, e a importância do profissional de Serviço Social como mediador desses conflitos, conforme mencionado acima.

Conforme (Iamamoto, 2008) O Serviço Social, como profissão reconhecida e inscrita na divisão sócio-histórica do trabalho, permite identificar uma história de avanços e conquistas no sentido de consolidar uma produção de conhecimento que lhe dá sustentação teórica e metodológica para intervir na realidade social de forma crítica e criativa.

Pautado na lei 8.662, de sete de Junho de 1993 que regulamenta a profissão, o processo de intervenção do profissional de Serviço Social respalda-se no projeto ético-político profissional, comprometido com os interesses coletivos e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Também se faz necessário enfatizar que com a Constituição de 1988 as políticas públicas de direito se expandiram e foram legalmente definidas e nesse dispositivo legal a assistência social foi reconhecida como direito de todos e dever do Estado.

Percebe-se de forma nítida que, atualmente, as políticas públicas ainda não são realizadas abrangendo a totalidade conforme a Constituição Federal de 1988. Frequentemente nos deparamos com práticas conservadoras que ainda executam serviços clientelistas, focalizados e fragmentados, ignorando que a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios de determinada política é um direito social. Assim, as políticas sociais continuam apenas amenizando as piores sequelas causadas pelo sistema capitalista, concedendo mínimos sociais que garantem apenas condições para a sobrevivência e reprodução da mão de obra dos trabalhadores.

Não se pode negar os avanços que foram conquistados ao longo da história pelas classes subalternas, contudo devemos continuar a luta para a elaboração e real execução de políticas que, permitam o pleno desenvolvimento das potencialidades dos usuários os promovendo como sujeitos protagonistas e históricos.

Em meio a tantas disparidades sociais, acentua-se a necessidade dos profissionais de Serviço Social, enquanto categoria que luta pela garantia de direitos, elaborarem estratégias para que o programa de microcrédito Banco Social do Paraná, possa se transformar em política pública. De maneira que a classe empobrecida possa usufruir do mesmo como um direito, além de poderem, gerar e/ou manter trabalho e renda, se tornando assim cidadãos emancipados.

4. BANCO SOCIAL E SUA ORIGEM

Para conhecer o Programa Banco Social do Paraná e seus mecanismos atuais, é preciso compreender que anteriormente houve inúmeras fases e processos de implantação para concretização de seu modelo atual. Sua origem como programa governamental se deu no ano de 1995, através de estudos e pesquisas, que visavam à fundação de um sistema ou programa de microcrédito (PEREIRA,2008).

Nesta época o BNDES estava elegendo alguns estados para implantar o programa “BNDES – Trabalhador”, como a antiga (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP) atualmente denominada Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – STES apresentava boa estrutura operacional e grande parte dos Conselhos estaduais de Trabalho estavam implantados, contatos, negociações e parcerias foram iniciadas. Para concretização desse programa inúmeras parcerias e apoios foram estabelecidos tendo em vista a criação do Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produtivo Popular, que logo foi inviabilizado pela resolução nº 2.521/98 que proibia empréstimos de bancos públicos para unidades federais.

Diante do supracitado a autora ressalta a importância de buscar uma forma alternativa para viabilização do programa de crédito alternativo, entidades representativas do Conselho Estadual do Trabalho decidiram criar uma ONG (Organização Não Governamental) que seria gestora dos recursos do programa e estaria sob coordenação da Secretaria do Trabalho, pois a mesma contava varias sub-unidades que facilitariam o acesso ao programa .Paralelamente a isso inúmeras iniciativas foram tomando forma, entre elas citamos: a criação da Agencia de Fomento do Paraná, hoje denominada (Fomento Paraná) em 1999; o programa “Brasil Empreendedor” com apoio do governo federal e SEBRAE/PR; o programa “Crédito Feito Aqui” criado pela parceria entre Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família – SECR e Universidade Livre do Artesanato Popular – UNIART, etc. Todas estas ações contribuíram ou se envolveram na criação, no ano 2000, da ONG constituída sob forma de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) nomeada “Organização de Crédito Popular do Paraná” que se tornou gestora do fundo estadual de investimento em credito produtivo popular.

Por ter sido constituída sob forma de OSCIP esta ONG poderia ter convênios com órgãos estaduais e municipais, e interagir com instâncias representativas da sociedade civil. Como descreve Pereira (2008), possíveis fontes de recursos foram vislumbradas através do BID, BNDES e outros. Porém o tempo de vida útil deste projeto também foi interrompido e transformado, pois a efetivação da Agencia de Fomento do Paraná S/A veio através da autorização de funcionamento do Banco Central, deste modo foram incluídos para operações de microcrédito, recursos na ordem de cinquenta milhões de reais. Com a deliberação de que o Estado garantiria recursos próprios para o Microcrédito entidades como SECR e SETP gestoras da ONG – “Organização de Crédito Popular do Paraná” – compreenderam que não havia mais necessidade de captação de recursos externos, desta forma os órgãos envolvidos com a instituição decidiram por mantê-la inativa.

Acresce que a partir dessa resolução foi firmado no ano de 2001 um convênio entre: SETP, SECR, SEBRAE/PR, Agencia de Fomento do Paraná S/A, e Prefeituras Municipais. Sendo que este viabilizasse a colaboração técnica e aporte de recursos financeiros por parte das instituições para fundação do Programa de Microcrédito “Banco Social do Paraná”.

4.1 BANCO SOCIAL, PARCEIROS E INTEGRANTES

O texto a seguir até o ponto 4.1.1, na sua íntegra, segue de acordo com o Manual Operacional do Banco Social (2009). O Banco Social do Paraná tem como objetivo a estimulação de pequenas atividades econômicas no estado, mediante a oferta de crédito e apoio técnico. Como já foi descrito sua formação se dá pela parceria de várias instituições assim será relatado brevemente quais são as principais características e atribuições de cada uma dentro do Programa.

a) FOMENTO PARANÁ S/A

Criada pela Lei Nº12. 419/99 a Fomento *Paraná* objetiva o apoio ao desenvolvimento econômico e social do estado e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos também situados no estado. Seu comando se dá por um Conselho Administrativo formado por representantes governamentais e não-governamentais. Sendo uma agência de fomento autorizada pelo Banco Central, conforme a Resolução do Conselho Monetário Nº 2.828/2001, suas operações podem ser praticados com recursos financeiros próprios, ou advindos de repasses de fundos constitucionais, de orçamentos públicos, instituições financeiras nacionais ou internacionais de desenvolvimento. Para operações de microcrédito a FPR dispõe de montantes próprios em cerca de cinquenta milhões de reais. (Estatuto Social da FPR *apud* PEREIRA, 2008). As atribuições da FPR atribuições dentro do programa Banco Social são:

- Definir diretrizes e Normas reguladoras para todas as concessões de crédito.
- Aprovar, ou não, em última instância, os projetos homologados pelos Comitês Municipais de Crédito.
- Definir instrumentos para a formalização do crédito.
- Proceder à liberação do crédito, bem como à cobrança dos financiamentos.
- Disponibilizar sistema informatizado, a ser operado integradamente com os sistemas da STES e do SEBRAE/PR
- Proceder ao acompanhamento, controle e monitoração do programa por meio da instituição de equipe de auditoria interna, equipe de cobrança e de supervisão técnica.

b) SECRETARIA DO TRABALHO ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Coordenar o Programa de Microcrédito.

- Prover recursos para o treinamento dos Agentes de Crédito, dos beneficiários e demais agentes intervenientes.
- Traçar o perfil e selecionar os servidores designados, bem como disponibilizar equipamentos e serviços necessários a operacionalização do programa.
- Articular-se com os Conselhos Municipais do Trabalho, da Assistência Social e Comitê Gestor do “Fome Zero”, visando à composição dos respectivos Comitês Municipais de Crédito.
- Acompanhar as atividades do programa, através de escritórios regionais, realizando supervisões técnicas voltadas ao controle e monitoramento do Programa.

c) SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Esta Instituição tem por finalidade fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das micro e pequenas empresas. Suas atribuições dentro do programa Banco Social são:

- Capacitar, treinar e reciclar os agentes de crédito dos municípios credenciados para operar o programa de microcrédito.
- Treinar, na fase pós-crédito, os beneficiários de crédito de acordo com a demanda estimada pelo agente de crédito local.
- Apoiar na seleção do candidato designado para a função de agente de crédito, de acordo com o perfil pré-estabelecido.

Conforme o descrito no Manual Operacional do Programa (2009) além das parcerias já citadas existe ainda as alianças com a SEPL e auxílio do IPARDES, Prefeituras Municipais e Conselhos Deliberativos.

As Prefeituras Municipais são responsáveis pela disponibilização do agente de crédito – peça fundamental para realização do programa, mecanismo que será melhor ilustrado posteriormente. Esse procedimento deve fazer parte do convenio entre STES e Município, este agente deve obrigatoriamente ser parte do quadro de

funcionários do município. As Prefeituras também são responsáveis pela infraestrutura da Agencia do Trabalhador, e pelas despesas e encargos trabalhistas do agente de crédito.

Por fim existe o Conselho Deliberativo formado por integrantes da STEES, SEPL, AFPR, SEAB, SEIM E SEBRAE.

4.2 MECANISMOS DE FUNCIONAMENTO

Como já foi descrito o programa Banco Social funciona através de várias parcerias institucionais, cada uma com suas atribuições. Entretanto é necessário dar ênfase ao papel do Agente de Crédito, pois ele é considerado peça fundamental para êxito do programa, sendo instrumento facilitador dos procedimentos operacionais desde a solicitação até a liberação de crédito e do acompanhamento de desenvolvimento dos beneficiários. É por meio de seu trabalho que o programa será inserido e divulgado na comunidade, sua postura deve ser pautada na ética, valorização e respeito com o microempreendedor, alguns requisitos básicos que Pereira (2008) cita para caracterizar seu perfil como um futuro agente de crédito são:

- Ter concluído ensino de 2º grau ou equivalente, possuir noções básicas de informática (nível usuário de Windows e Internet);
- Noções básicas de contabilidade, raciocínio lógico e outros;
- Flexibilidade e discernimento para lidar com os diferentes segmentos sociais;
- Facilidade na compreensão e análise das questões formuladas pelo empreendedor, bem como características de comportamento empreendedor (organização, planejamento, metas e riscos calculados);
- Criatividade, iniciativa, paciência, dinamismo, perseverança e disponibilidade para realizar atividades de campo;
- Capacidade de elaborar documentos referentes aos créditos solicitados e aprovados no âmbito do programa, bem como o arquivamento e guarda dos documentos.

4.3 FINANCIAMENTOS E FLUXO OPERACIONAL

Os tipos de financiamento são descritos conforme o Manual Operacional (2009) como Microcrédito de faixa A, de faixa B, de faixa C. Respectivamente constituem-se por valores crescentes e critérios mais rígidos. A seguir descrevemos as informações essenciais acerca do Programa Banco Social do Paraná.

As modalidades de investimento enquadram-se para capital de giro, investimento fixo e investimento misto, o prazo estabelecido varia de acordo com a modalidade, todavia o tempo máximo descrito é de 36 meses. Os valores de concessão se encontram na quantia mínima de R\$ 1.000,00 e máxima de R\$ 15.000,00, a taxa de juros atualmente é de 0,92% ao mês.

A garantia estabelecida denomina-se fidejussória, ou seja, se compõe por um avalista idôneo, sem restrições junto a órgãos oficiais, que comprove capacidade de pagamento e resida no mesmo município do proponente.

A documentação exigida se compõe por dados oficiais como RG – Registro Geral, CPF – Cadastro de Pessoa Física, comprovante de residência, comprovação de estado civil, etc. Quando pessoa jurídica o proponente também deve apresentar os documentos pertinentes como CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, inscrição estadual e municipal, etc.

Será exposto brevemente as informações dispostas no fluxograma operacional do Banco Social, para melhor compreensão acerca dos procedimentos estabelecidos pela coordenação. Para ingresso no programa o proponente possuidor de um pequeno empreendimento vai até uma agência do trabalhador vinculada ao Estado, ali receberá informações gerais e autorizará a consulta dos dados cadastrais dos envolvidos. Posteriormente o agente de crédito faz a abertura do cadastro, elabora as propostas de financiamento através de dados, entrevistas e visitas ao local do negócio. O projeto é enviado ao comitê municipal de crédito e após avaliação é homologado o parecer e enviado a FPR. Com o recebimento, esse órgão analisa as propostas, checka o cadastro e a capacidade de pagamento, se reprovado retorna a origem, se aprovado é autorizada a tramitação.

Na segunda fase a FPR emite NC – Nota de Crédito e informa o cliente: com isso o proponente deve providenciar assinaturas e reconhecimento de firma no documento (NC), depois o agente de crédito checka o documento e envia diretamente

a FPR que por sua vez confere o documento e programa a liberação de crédito. A data de liberação é informada ao cliente, após o recebimento dos recursos o proponente deve comprovar a sua aplicação enviando nota fiscal após trinta dias. Passado esse período o fluxograma prevê o acompanhamento da carteira de crédito do beneficiário, por parte do agente. Concluindo o processo na fase pós-crédito SETS e SEBRAE fiscalizam a aplicação dos recursos, a FPR faz o controle da carteira de crédito e SEPL faz acompanhamento e avaliação dos resultados do programa, esse processo leva em média um prazo de trinta dias.

Compreende-se que esses são os procedimentos previstos no Manual Operacional (2009), entretanto a próxima parte tratará da análise da pesquisa. Nesta será observado intercorrências e praticas executadas no plano “concreto”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho contribuiu de maneira muito significativa. Pois entende-se que esse estudo trouxe subsídios para um breve conhecimento de uma ferramenta para encarar os desafios e demandas advindas das seqüelas da Questão Social no Litoral Paranaense.

Neste contexto analisa-se que a pesquisa é um dos meios mais eficazes, de maneira que o profissional apreende a realidade e busca novas formas de intervenções.

Mediante a análise do levantamento do desenvolvimento do Programa Banco Social Do Paraná, no litoral paranaense conclui-se destacando a importância de possíveis extensões, partindo da inserção do Profissional de Serviço Social, no qual este poderia criar estratégias, para acrescentar “fatores que não são contemplados”:

- ✓ Divulgar o programa, para que seja realmente destinado a população de baixa renda.
- ✓ Viabilizar meios para atender os usuários, que por terem pequenas restrições em seu nome ficam excluídos do programa.
- ✓ Orientação sobre a parte burocrática do programa.
- ✓ Acompanhar os usuários durante e após o processo de empréstimo.

- ✓ Criar cursos de capacitação para os agentes de crédito, visando que estes possam ter um olhar para o usuário do programa em sua totalidade.

Ligado a isso também fica a indagação: sobre a possibilidade de transformar o Programa de Microcrédito; em política pública de maneira que seu acesso e sua manutenção seja ampliado.

No que se refere à bibliografia consultada menciona-se a falta de materiais que relatem estudos acerca do microcrédito no âmbito social, isso indicou que de fato o olhar do Serviço Social para este tema é muito restrito.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas Públicas**: Discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS Jr., Orlando A. (Org.). Políticas públicas e gestão local. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARONE, F. M. *et al.* **Introdução ao Microcrédito**. Brasília, DF: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. **Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2005, Pernambuco. Disponível em <<http://www.ceape-pe.org.br/downloads/tese.pdf>>. Acessado em 20/09/2012.

PAIXÃO, Giorgio de Jesus Da. **O que é Microcrédito**. Artigo disponível em: <www.rumosustentavel.com.br/o-que-e-microcredito/> Acessado em 12/09/2012.

O Microcrédito no Brasil e na América Latina. Artigo disponível em: <www.rumosustentavel.com.br/o-que-e-microcredito/>. Acessado em 18/09/2012.

O que são Microfinanças. Artigo disponível em: <www.rumosustentavel.com.br/o-que-e-microcredito/> Acessado em 18/09/2012.

PEREIRA, Maria Inês Prevedello. **Desenho e Mudança Institucional**: Um estudo do Programa Banco Social No Paraná. Dissertação Mestrado. Departamento de

Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

SACHET, Celestino; WATERKEMPER, Margaret; SACHET, Sérgio. **A vitória do crédito de confiança**: o microcrédito em Santa Catarina. Florianópolis: BADESC, 2001.

SEBRAE, **Manual Operacional do Programa de Microcrédito Banco Social**. AFPR, Governo do Paraná. Curitiba: 2009.

SILVA, Silvia Bezerra da. **As políticas sociais no contexto da globalização neoliberal**. Disponível em <www.geniodalampada.com> Acessado em: 10/08/2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

YUNUS, Muhammad. **Conheça o Grameen Bank**, entrevista concedida à comitiva brasileira em Bangladesh, junho de 2001. Disponível em: <www.portaldomicrocredito.org.br> Acessado em 15/08/2012.

O Banqueiro dos Pobres. Editora Ática, Bangladesh, 2003.